



Varia Historia

ISSN: 0104-8775

ISSN: 1982-4343

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

D'ALESSIO, Marcia Mansor

Assim também se escrevia a história no pós-Segunda Guerra
Mundial Reflexões sobre a historiografia de Pierre Vilar

Varia Historia, vol. 35, núm. 69, 2019, Setembro-Dezembro, pp. 787-824

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais

DOI: 10.1590/0104-87752019000300005

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384461309005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

UFGM
redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Assim também se escrevia a história no pós-Segunda Guerra Mundial

Reflexões sobre a historiografia de Pierre Vilar

How History was Written in the Post-Second World War Period

Reflections on the Historiography of Pierre Vilar

MARCIA MANSOR D’ALESSIO¹

<https://orcid.org/0000-0003-4101-5244>

¹Departamento de História

Universidade Federal de São Paulo

Estrada do Caminho Velho, 333, Guarulhos, São Paulo, SP, 07.252-312, Brasil

mansor.alessio@unifesp.br

RESUMO É suficientemente conhecido e reconhecido o lugar que a França ocupa na produção historiográfica a partir do século XIX. Da Escola Metódica à revolução dos *Annales*, com seus desdobramentos até os anos 1980, a produção francesa foi uma referência para os estudos históricos em vários países e marcou o discurso historiográfico na contemporaneidade. Pierre Vilar representa uma síntese das metamorfoses da historiografia francesa do século XX: herdeiro das conquistas metodológicas da Escola Metódica no que concerne à fidelidade absoluta às fontes empíricas, Vilar teve sua inspiração maior na teoria marxiana da História e, partícipe da construção do grupo dos *Annales*, praticou, de maneira integral, as propostas da “École” para o conhecimento histórico. Este estudo pretende mostrar o paralelismo entre a construção

Recebido: 23 ago. 2018 | Revisto pelo autor: 28 abr. 2019 | Aprovado: 14 jun. 2019

<http://dx.doi.org/10.1590/0104-87752019000300005>

Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 35, n. 69, p. 787-824, set/dez 2019



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

da historiografia vilariana e os movimentos da historiografia francesa no pós-Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE historiografia, Pierre Vilar, historiografia francesa contemporânea, Escola dos *Annales*

ABSTRACT The place that France occupies in the historiographic production from the nineteenth century onwards is well known and recognized. From the *École Méthodique* to the *Annales* Revolution, and its developments until the 1980s, French production was a reference for historical studies in various countries and marked historiographical discourse in contemporary times. Pierre Vilar represents a synthesis of the metamorphoses of twentieth century French historiography: heir to the methodological achievements of the *École Méthodique* regarding absolute fidelity to empirical sources, his greatest inspiration was the Marxian theory of History; moreover, as a participant in the construction of the *Annales* group, he practiced in an integral way the *École's* proposals for historical knowledge. This study intends to show the parallelism between the construction of Vilarian historiography and the movements of French historiography in the Post-Second World War period.

KEYWORDS Historiography; Pierre Vilar; Contemporary French Historiography; *Annales* School

PIERRE VILAR NA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

A observação direta das experiências vividas ou a lembrança delas fazem parte das necessidades que pessoas, grupos e povos sempre sentiram de registrar fatos acontecidos. À medida que “o acontecido” passou para a escrita, os profissionais da história preocuparam-se em “pensar o estatuto do texto histórico” para usar a expressão de Jurandir Malerba, que significa, para esse autor, pensar o “trabalho metódico de pesquisa e reflexão histórica”. Pode-se inferir, dessa reflexão, que esse pensar constrói o que chamaremos memória histórica, esta, determinada pelos impulsos

do social. Disso resulta, ainda segundo Malerba, “a teoria e a metodologia da história e a crítica historiográfica” (Malerba, 2009 p.12).¹

A forma como se pensa e se escreve a história sempre foi tema de observação dos historiadores. No entanto, as últimas décadas mostram uma preocupação insistente com análises historiográficas, preocupação que acrescenta elementos importantes à abordagem da escrita da história.

Não é objetivo desse estudo a análise epistemológica das transformações do discurso historiográfico, salvo a constatação, já bastante conhecida, da relação da história com as outras áreas das humanidades desde os fins do século XIX. Sobre essas transformações, nosso intento, neste momento, é apenas enfatizar a historicidade da historiografia, o que torna possível falar em história da história, fórmula intensamente utilizada nos estudos históricos da atualidade. Dentro desse objetivo, consideramos importante o estudo de um momento da história da historiografia, o pós-segunda guerra, pelo impulso dado aos estudos históricos naquele período. E como recorte de nosso estudo, selecionamos a historiografia de Pierre Vilar, historiador francês que gozou de enorme prestígio nos anos 1960-1980, sendo considerado por colegas, em homenagem póstuma em 2004, como um dos mais importantes historiadores do século XX.²

1 Conforme o autor: “Fato incontornável é que o produto do trabalho metódico de pesquisa e reflexão histórica dos historiadores ao longo dos séculos resultou em uma imensa e inescrutável biblioteca de artefatos históricos, que guarda não só o percurso do desenvolvimento histórico da própria disciplina, do *metier*, como também as relações orgânicas deste com as sociedades históricas que tiveram a necessidade de sistematizar e relatar seu passado, a tal ponto que acabaram aperfeiçoando os instrumentos de sua construção e desconstrução, a teoria e a metodologia da histórica e a crítica historiográfica” (MALERBA, 2009, p.12).

2 Pierre Vilar faleceu em 2003, aos 97 anos. Em 2004, três historiadores, Arón Cohen, Rosa Congost e Pablo Luna, organizaram, em Paris, uma homenagem ao grande professor. O evento contou com a participação de renomados historiadores franceses e estrangeiros que compuseram mesas de apresentação de textos em torno da obra do homenageado, provocando ricos debates. Todos os textos e as discussões se transformaram no livro: *Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção*, publicado em francês, espanhol, catalão e português.

A escolha do pensamento de Pierre Vilar como objeto de investigação se deu pelo fato de que, a nosso ver, a obra desse historiador é uma síntese das transformações do discurso historiográfico dos fins do século XIX ao pós-segunda guerra. Se elegermos três momentos de inflexão da história da história naquele período, podemos apontar a influência das filosofias da história nas visões de História, a reação do historicismo alemão e francês às abstrações filosóficas e a crítica dos *Annales* aos historicistas. Esse movimento de rupturas e continuidades da escrita da história fica evidente no pensamento de nosso historiador. A partir de um resumo arbitrário, podemos levantar sinais desse movimento.

Assim, vejamos: das filosofias da história, Vilar herda, via Marx, um olhar universalizante sobre a história, basta pensarmos em uma das premissas fundamentais de sua prática historiográfica: seu conceito de *totalidade* e o consequente uso da palavra *estrutura*; dos metódicos, recebe e dá continuidade à obsessão pelas fontes empíricas, enfatizando o primado da História em relação às teorias; do grupo dos *Annales*, do qual é partícipe, trabalha sob as premissas de Lucien Febvre e Marc Bloch, dando continuidade a essa proposta sob forte influência de Ernest Labrousse, a quem considera seu mestre.

Não tem como não reconhecer um “esquecimento” da obra de Vilar nas últimas décadas do século XX. Não tem, também, como não aproximar esse ofuscamento da chamada crise de paradigmas, resultado certamente de questionamentos internos à teoria do conhecimento, mas também extremamente ligada a questões políticas advindas da derrota do socialismo real, identificado à teoria marxista da história, um dos pilares da obra vilariana. Em função desse esquecimento, consideramos importante para os estudos historiográficos a recuperação da obra de Pierre Vilar, por sua importância como proposta de conhecimento histórico e por marcar um momento decisivo da história da historiografia do século XX.

FUNDAMENTOS DO PENSAMENTO VILARIANO

No terreno dos estudos históricos, as metamorfoses na concepção de tempo, no que concerne à duração dos fatos, parecem ter conduzido às transformações dos discursos historiográficos contemporâneos. Do olhar universalizante das filosofias da história, que enxergavam o mundo como unidade indivisível, apresentando-lhe soluções universais, passou-se à fragmentação das situações históricas; especificando-as e detalhando-as, os historiadores terminaram por estabelecer o tempo cronológico na composição da trama histórica. A lógica é impecável: os fenômenos históricos não se repetem, a história se transforma no ritmo das ações humanas. A essa escrita da história, seus críticos atribuíram a noção de história no tempo curto ou *événementielle*. A sede das críticas às filosofias da história naquele momento — fim do século XIX — era a *Revue Historique*, cujos participantes compuseram o grupo que ficou conhecido como Escola Metódica.

A forte reação dos metódicos em relação às filosofias da história parece não ter sido suficiente para abafar reverberações de olhares filosóficos no discurso historiográfico do pós-segunda guerra. Até que ponto o grupo dos *Annales* não apresenta sinais vindos do pensamento dos filósofos sobre a história? Sem falar em Marx, cuja influência é por demais óbvia, tome-se Kant em seu opúsculo *Ideia de uma história universal do ponto de vista cosmopolita*.

Na abertura deste texto, Kant tece o seguinte raciocínio: as ações humanas são determinadas por leis universais; a história, que se ocupa em narrar essas ações, poderá descobrir regularidades se captar essas leis universais; se os atos individuais não possibilitam o reconhecimento de um desenvolvimento progressivo das ações humanas, esse reconhecimento vem pela observação do conjunto da espécie. E o filósofo prossegue: mesmo que os homens individualmente ou em suas ações individuais não percebam, suas ações seguem as determinações da natureza. Ou seja, existe, em Kant, uma dimensão impositiva na experiência coletiva dos homens.

Os homens, enquanto indivíduos, e mesmo povos inteiros mal se dão conta de que, enquanto perseguem propósitos particulares, cada qual buscando seu próprio proveito e frequentemente uns contra os outros, seguem inadvertidamente, como a um fio condutor, o propósito da natureza, que lhes é desconhecido, e trabalham para sua realização, e, mesmo que conhecessem tal propósito, pouco lhes importaria (Kant, 1986, p.10).

Foram as filosofias da história, no século XVIII, dizem os especialistas, que atribuíram à história um sentido. No pensamento kantiano, essa afirmação é muito clara. Segundo este filósofo, os homens agem aleatoriamente, mas a natureza tem racionalidade; os pensadores têm que descobrir essa racionalidade e deixar aparecer o sentido da história.

A ideia de que a história tem um sentido deixa pouco espaço ao acaso, o que resulta em certa condenação do episódio, lugar de manifestação do imponderável, aquela imprevisibilidade que não tem explicação porque efêmera demais para compor uma sequência. A história com sentido reafirma o olhar universalizante que enxerga o todo e rejeita a fragmentação. É nesse sentido que a noção de tempo das filosofias da história, sem descartar, obviamente, o episódio, questiona o tempo das particularidades, trabalhando em seu oposto, no tempo alargado do universal.

Para os historiadores franceses que se reuniram em torno da *Revue Historique*, é justamente o tempo do episódio a duração eleita como privilegiada na construção da história. O olhar que enxerga o único e irrepetível é aquele que pode compreender a história, e não o que universaliza, construindo abstrações. O fato histórico tem o tempo das ações humanas, individuais ou grupais. Ficam assim as abstrações identificadas com as generalizações que só podem ser construídas a partir da omissão dos fatos pontuais.

A *Revue Historique* foi fundada em 1876 por Gabriel Monod e Gabriel Fagniez. A introdução do primeiro número publicado, escrita por Monod e intitulada *Du Progrès des Études Historique en France depuis le XVI siècle*, pode ser vista como um manifesto a favor de uma nova proposta de conhecimento histórico cuja ênfase recai fortemente

sobre o apelo cientificista que marcou todas as áreas do conhecimento no século XIX. Monod e Fagniez reclamam um tratamento científico aos estudos históricos. Dizem os autores:

Ao desenvolvimento das ciências positivas, que é a característica distintiva do nosso século, corresponde — no campo que chamamos literário — o desenvolvimento da história, que tem por objetivo submeter a um conhecimento científico — e mesmo a leis científicas — todas as manifestações do ser humano. As criações originais do espírito tornaram-se cada vez menos numerosas, a contemplação puramente estética das obras intelectuais foi cada vez mais negligenciada para dar lugar a pesquisas históricas. História das línguas, história das literaturas, história das instituições, história das filosofias, história das religiões, todos os estudos que têm o homem e os fenômenos do espírito humano como objeto tomaram um caráter histórico. Nosso século é o século da história (Monod; Fagniez, 1876, p.26).³

O que dá o caráter científico ao conhecimento é a elaboração e adoção de um método:

Graças aos progressos e métodos científicos, a história possui hoje maravilhosos meios de investigação. Pela filologia comparada, pela antropologia, também pela geologia, ela mergulha seus olhares em épocas nas quais os monumentos traem tanto quanto os textos escritos. Ciências acessórias, a numismática, a epigrafia, a paleografia, a diplomática

3 No original: “Au développement des sciences positives qui est le caractère distinctif de notre siècle, correspond, dans le domaine que nous appelons *littéraire*, le développement de l’histoire, qui a pour but de soumettre à une connaissance scientifique et même à des lois scientifique toutes les manifestations de l’être humain. Les créations originales de l’esprit sont devenues de moins en moins nombreuses, la contemplation purement esthétique des oeuvres intellectuels a été de plus en plus négligée pour faire place à des recherches historiques. Histoires des langues, histoire des littératures, histoire des institutions, histoire des philosophies, histoires des religions, toutes les études qui ont l’homme et les phénomènes de l’esprit humain pour objet ont pris un caractère historique. Notre siècle est le siècle de l’histoire”. Obs.: Todas as citações em língua estrangeira foram traduzidas pela autora.

fornecem à história documentos de uma autoridade indiscutível. Enfim, a crítica dos textos, estabelecida sobre princípios de classificações verdadeiramente científicas lhe permite reconstituir, se não em sua pureza primitiva, ao menos sob uma forma tão pouco alterada quanto possível, todos os escritos históricos, jurídicos, literários que não foram conservados nos manuscritos originais e autografados. Assim ajudados, providos de tais instrumentos, a história pode, com um método rigoroso e uma crítica prudente, se não descobrir sempre a verdade completa, ao menos determinar exatamente sobre cada ponto o certo, o verossímil, o duvidoso e o falso (Monod; Fagniez, 1876, p.27).⁴

Os autores, com a criação da *Revue Historique*, atribuem-se o papel de formadores de historiadores segundo o método por eles eleito como o correto. No mesmo texto lê-se:

Nós gostaríamos de contribuir para formar, pelo exemplo de um bom método, os jovens que querem entrar na carreira histórica. Encorajar e manter no bom caminho aqueles que lá já se encontram, servir a todos de centro de reunião e de informação (Monod; Fagniez, 1876, p.27).⁵

4 No original: “Grâce au progrès des sciences et des méthodes scientifique, l’histoire possède aujourd’hui de merveilleux moyens d’investigation. Par la philologie comparée, par l’anthropologie, par la géologie elle-même, elle plonge ses regards dans des époques pour lesquelles les monuments font défaut aussi bien que les textes écrits. Des sciences accessoires, la numismatique, l’épigraphie, la paléographie, la diplomatique, lui fournissent des documents d’une autorité indiscutable. Enfin la critique des textes, établie sur des principes et des classifications vraiment scientifique, lui permet de reconstituer, sinon dans leur pureté primitive, du moins sous une forme aussi peu altérée que possible tous les écrits historiques, juridiques, littéraires qui ne nous ont pas été conservés dans des manuscrits originaux et autographes. Ainsi secondée, armée de pareils instruments, l’histoire peut, avec une méthode rigoureuse et une critique prudente, sinon découvrir toujours la vérité complète, du moins déterminer exactement sur chaque point le certain, le vraisemblable, le douteux et le faux”.

5 No original: “Nous voudrions contribuer à former par l’exemple d’une bonne méthode les jeunes gens qui veulent entrer dans la carrière historique, encourager et maintenir dans la bonne voie ceux qui y marchent déjà, servir à tous de centre de ralliement et d’information”.

A rejeição à escrita filosófica da história fica registrada claramente: “Nossa revista será uma coletânea de ciência positiva e de livre discussão, mas se fechará no domínio dos fatos e permanecerá fechada às teorias políticas ou filosóficas” (Monod; Fagniez, 1876, p.36).⁶

Está contido aí também um apelo à neutralidade, legado dos metódicos às produções historiográficas subsequentes: “[...] seu papel [do historiador] consiste antes de tudo a compreender e a explicar, não a louvar ou condenar” (Monod; Fagniez, 1876, p.37).⁷

A formulação pedagógica dessas ideias aparece numa obra que marcou época por haver sistematizado didaticamente a proposta de método em questão. Trata-se da famosa *Introduction aux Études Historiques* de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, publicada em 1898 e reeditada no fim do século XX (1992), trazendo um prefácio de Madeleine Rebérioux.

A obra começa com um item denominado *Advertência*, no qual os autores reafirmam os princípios estruturantes da Escola Metódica, os quais foram aqui ressaltados. A ênfase é a rejeição às filosofias da história; o argumento repete a ideia de que elas levam a abstrações universalizantes incompatíveis com a concretude dos fatos:

Nós não quisemos apresentar (...) um resumo da história universal como fazem os iniciantes e pessoas apressadas. Nós não quisemos enriquecer em um número [da Revista] a literatura tão abundante do que se denomina comumente a “Filosofia da história”. Pensadores que, em sua maior parte, não são historiadores de profissão, fizeram da história o sujeito de suas meditações; eles procuraram as “semelhanças” e as “leis”; alguns acreditaram descobrir “as leis que presidiram o desenvolvimento da humanidade”, e “constituir” assim “a história em ciência positiva”.

6 No original: “Notre Revue sera un recueil de science positive et de libre discussion, mais elle se renfermera dans le domaine des faits et restera fermée aux théories politique ou philosophiques”.

7 No original: “(...) son rôle consiste avant tout à comprendre et à expliquer, non à louer ou à condamner”.

Essas vastas construções abstratas inspiram não somente ao público, mas aos espíritos de elite, uma desconfiança *a priori* que é invencível: Fustel de Coulanges, diz seu último biógrafo, era severo com a Filosofia da história; ele tinha para com esses sistemas a mesma aversão que os positivistas tinham para com os conceitos puramente metafísicos (Langlois; Seignobos, 1992, p.17).⁸

A verdade científica é recorrentemente evocada e o procedimento do historiador para alcançá-la é a busca incessante da documentação. No capítulo 1, lê-se que:

A história se faz com documentos. Os documentos são os traços deixados por pensamentos e atos dos homens de outrora. Mas, dentre esses pensamentos e atos são poucos os que deixam traços visíveis e, quando eles existem, raramente são duráveis. Ora, todo pensamento e todo ato que não deixaram traços diretos ou indiretos, ou cujos traços visíveis desapareceram, estão perdidos para a história: é como se jamais tivessem existido. Na falta de documentos, a história de imensos períodos do passado da humanidade torna-se para sempre desconhecida, pois nada supre os documentos: quando não há documentos, não há história (Langlois; Seignobos, 1992, p.29).⁹

8 No original: "Nous n'avons pas voulu présenter (...) un résumé de l'histoire universelle à l'usage des commençants et des personnes pressées. Nous n'avons pas voulu enrichir d'un numéro la littérature si abondante de ce que l'on appelle ordinairement la "Philosophie de l'histoire". Des penseurs, qui, pour la plupart, ne sont pas historiens de profession, ont fait de l'histoire le sujet de leurs méditations: ils en ont cherché les "similitudes" et les "lois"; quelques-uns ont cru découvrir "les lois qui ont présidé au développement de l'humanité", et "constituer" ainsi "l'histoire en Science positive". Ces vastes constructions abstraites inspirent, non seulement au public, mais à des esprits d'élite, une méfiance *a priori*, qui est invincible: M. Fustel de Coulanges, dit son dernier biographe, était sévère pour la Philosophie de l'histoire; il avait pour ce système la même aversion que les positivistes pour les concepts purement métaphysiques".

9 No original: "L'histoire se fait avec des documents. Les documents sont les traces qu'ont laissées les pensées et les actes des hommes d'autrefois. Parmi les pensées et les actes des hommes, il en est très peu qui laissent des traces visibles, et ces traces, lorsqu'ils en produisent, sont rarement durables: il suffit d'un accident pour les effacer. Or, toute pensée et tout acte qui n'a pas laissé des traces, directes ou indirectes, ou dont les traces visibles ont disparu, est perdu pour

Apesar das fortes críticas posteriores a vários aspectos da Escola Metódica, a conquista historiográfica que afirma a prioridade dos documentos nunca mais deixou de ser praticada. Foi ela que deu cientificidade ao conhecimento histórico, de acordo com o conceito de ciência vigente naquele contexto; as fontes correspondiam nos estudos históricos à experimentação nas outras ciências.

Foi mais uma vez a insatisfação com a temporalidade praticada um dos fatores que levou às novas propostas de conhecimento histórico. Historiadores reunidos em torno da revista *Annales* proclamam a insuficiência da história narrada em durações fragmentadas. Nesse movimento foi muito importante o diálogo estabelecido entre a história e as outras ciências sociais, no fim do século XIX e no começo do XX. Na sociologia um bom exemplo são as reflexões de Maurice Halbwachs a respeito dos limites da história factual expostas em sua obra *A memória coletiva*.

Halbwachs, sociólogo francês, discípulo de Émile Durkheim, que viveu de 1877 a 1945, ano em que morreu vítima dos nazistas em Buchenwald, assistiu à hegemonia da Escola Metódica, participando das críticas que lhe foram dirigidas e que acabaram deslocando-a do lugar privilegiado que ocupava na produção historiográfica francesa. Seus estudos no campo da memória parecem ser bastante responsáveis por sua presença importante na história dos pensadores franceses. Contemporâneo das calorosas discussões entre os historiadores sobre as escritas da história, deixa sua contribuição a propósito da temporalidade praticada pelos metódicos:

Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto (Halbwachs, 1990, p.60).

l'histoire: c'est comme s'il n'avait jamais existé. Faute de documents, l'histoire d'immenses périodes du passé de l'humanité est à jamais inconnaissable. Car rien ne supplée aux documents: pas de documents, pas d'histoire".

Em sua proposta velada de alargamento do tempo na observação dos fatos ele parece dizer que a história fragmenta o tempo: “(...) parece que ela [a história] considera cada período como um todo, independente em grande parte daquele que o precede e daquele que o segue (...)”. (Halbwachs, 1990, p.82).

Em seguida, mostra que existem durações maiores mesmo em fatos aparentemente apenas pontuais ou curtos e diz que os historiadores não podem ficar presos às divisões que os fatos pontuais sugerem, pois essas divisões não ocorreram assim para as pessoas que viveram aqueles fatos:

É possível que no dia seguinte de um acontecimento que sacudiu, destruiu em parte, renovou a estrutura de uma sociedade, outro período comece. Mas disso nos apercebemos somente mais tarde, quando uma nova sociedade, realmente, tiver tirado de si mesma novos recursos, e quando ela se propuser outros objetivos. Os historiadores não podem levar a sério estas linhas de separação, e imaginar que foram remarcadas por aqueles que viveram durante os anos que elas atravessaram, como aquele personagem de comédia diz: “Hoje começa a guerra dos Cem anos” (Halbwachs, 1990, p.83).

E Halbwachs menciona mais diretamente a questão do tempo quando sugere que os historiadores confundem, num tempo único, histórias nacionais e locais que não têm as mesmas linhas de evolução. Se se consegue fazer um quadro sincrônico dos acontecimentos, continua, é porque eles são desligados de seus tempos, “(...) fazemos abstração de tempo real onde estavam situados, (...) a história, pelo contrário, se interessa talvez mais exclusivamente pela ordem da sucessão cronológica dos fatos no tempo” (1990, p.107). Aqui a ideia de sincronia já altera o tempo na exposição dos fatos, não é possível construir um quadro sincrônico sem articular as diferentes temporalidades da história.

Ao fazer uma observação sobre a preferência dos historiadores em reter as diferenças mais que as permanências, o autor desenvolve a seguinte reflexão: I) a ênfase no tempo apenas como cronologia tem como decorrência assinalar fatos diferentes, não teria sentido

enumerar fatos iguais; II) essa preferência pelas diferenças condiciona, na história-conhecimento, a duração dos fatos expostos: eles só podem ser vistos na sua curta duração, no seu *flash*. É o que se pode depreender da seguinte afirmação: “(...) as diferenças ou as mudanças assinalam somente a passagem súbita e quase imediata de um estado que subsiste para um outro estado que subsiste” (Halbwachs, 1990, p.108).

É também a partir de seu pensamento que se pode afirmar que é no tempo longo que “os acontecimentos se concatenam” e identificar essas temporalidades com um conjunto ou com a noção de estrutura que entrará para o vocabulário dos historiadores que renovaram os estudos históricos no começo do século XX. Diz Halbwachs: “Bem entendido, esse tempo [tempo longo] não se confunde com os acontecimentos que ali se sucederam. Mas também não se reduz (...) a um quadro homogêneo vazio” (1990, p.121).

Outro autor que, na virada do século XIX, participou intensamente do diálogo entre história e as outras ciências sociais foi Henri Berr, filósofo e historiador considerado “um autor capital da renovação historiográfica francesa”, sobretudo por ter proclamado a importância de uma história total. Mestre de Marc Bloch e Lucien Febvre, foi, segundo Jacques Revel, “um dos primeiros a reagir contra a história ‘historizante’ (ou ‘positivista’) dominante em seu tempo” (1978, p.79).

Berr publicou em 1911 uma obra chamada *A Síntese em História*, e foi o fundador da *Revue de Synthèse Historique*. O significado dado à palavra “síntese” dá a dimensão da contribuição desse filósofo/historiador à renovação historiográfica do momento analisado e mostra, especificamente, a influência que seu uso teve na construção da ideia de totalidade anunciada pelo grupo dos *Annales*.

Assim, síntese aparece como o contrário de erudição, que, por sua vez, é identificada ao empirismo. É importante ressaltar que a questão de fundo que orienta a reflexão é a busca da cientificidade na história:

As ciências naturais criaram métodos precisos e eficazes; apoiam-se mutuamente e os resultados combinam-se em sínteses que tomam um caráter cada vez mais positivo. As ciências históricas estão longe deste

avanço. Seu estudo precário, seu empirismo e sua incoerência têm chocado frequentemente os pensamentos — historiadores ou filósofos — que têm procurado remediar o mal (Berr, 1946, p.5).

A síntese, nesse pensamento, é o resultado da reflexão que leva à organicidade dos dados empíricos. “Há, pois, atualmente, uma espécie de crise, onde se traduz o estado inorgânico dos estudos históricos” (Berr, 1946, p.5). A erudição é apenas a coleta desses dados:

Esses dados que se estabelecem não têm, em si, nenhum valor. São o conhecimento bruto, são materiais da ciência, mas não a ciência. No estudo da natureza de há muito se admite o seguinte axioma: “não há ciência senão do geral”. A constatação de fatos empíricos prepara a teoria [...] a erudição é simplesmente um trabalho preparatório destinado a permitir, dentro do domínio, a elaboração do geral (Berr, 1946, p.24).

Além de estruturar-se a partir da crítica à Escola Metódica, a Escola dos *Annales* constrói-se sob a influência das ideias de Karl Marx.

O marxismo expressa na história das ideias um contexto bem definido e, por responder satisfatoriamente a inquietações de seu tempo histórico, compõem-no, impregnando formas de pensar.

Resultado da modernidade, o pensamento marxista analisa a industrialização em todas as suas dimensões: o desenvolvimento tecnológico, as transformações do trabalho, o surgimento de classes, a aceleração do tempo, o sofrimento de populações deslocadas de seus lugares, a dominação política, a potencialidade de violência entre povos, os conflitos de grupos e a possibilidade de lutas regeneradoras com suas sofisticadas promessas de futura felicidade coletiva. Nenhuma instância do real escapa a essa reflexão universalizante; das sensibilidades às materialidades, a experiência coletiva dos homens é observada em sua totalidade.

Diante de tal abrangência, não surpreende que diferentes pensadores do século XX tenham absorvido ecos das reflexões de Marx. A revolução historiográfica provocada pelas propostas de conhecimento histórico do

grupo que se formou em torno da revista *Annales*, no início do século XX, encontra-se na influência desse universo intelectual.

A presença do marxismo nas metamorfoses da historiografia francesa do século XX não fica, entretanto, evidenciada apenas por estarem esses historiadores imersos na atmosfera intelectual e política nas quais as ideias de Marx têm grande receptividade. A evidência mais contundente do diálogo, implícito ou explícito, dos franceses com o pensamento marxiano parece ser as próprias obras por eles produzidas.

Tome-se como ponto de partida a mencionada revista fundada por Febvre e Bloch. Impossível não reconhecer em seu título uma herança da crença marxiana no primado do econômico. É bem verdade que a questão econômica estava extremamente presente no contexto dos anos 1920, como aponta Brigitte Mazon em livro publicado em 1988, intitulado *Aux Origine de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales. Le rôle du mécénat américain (1920-1960)*. Em sua análise, a autora mostra o enorme interesse dos estadunidenses e franceses em criar espaços de pesquisas sobre questões econômicas e sociais.

Para intelectuais franceses progressistas, supõe-se, as ideias de Marx vieram a calhar. Condições materiais de existência e classes sociais substituíram o político restrito a batalhas, reis e diplomacia da historiografia produzida pelos metódicos. Em aula ministrada na *École Normale Supérieure*, em 1941, Lucien Febvre explicava aos alunos o porquê do uso da denominação história econômica e social:

Não foram razões elaboradas que nos levaram ao hábito de ligar um ao outro, muito naturalmente e sem pensar nisso, os dois epítetos Econômico e Social. São razões históricas, muito fáceis de determinar — e a fórmula que nos ocupa não é em última análise mais que um resíduo ou uma herança: a das longas discussões a que, desde há um século, deu lugar o chamado problema do Materialismo Histórico (Febvre, 1985, p.29).

Em sua crítica à restrição da explicação histórica à dimensão do político, L. Febvre refere-se ao desenvolvimento industrial/tecnológico

do mundo a partir da segunda metade do século XIX e ao atraso da França em incorporá-lo à análise histórica:

‘Os partidários do materialismo histórico procuram sempre aumentar a parte dos fatores económicos nos conflitos internacionais, em detrimento dos fatores políticos e morais’, escreve, habilmente, A. Roubaud [...] Digam-nos: antes da guerra de 1914, não era de modo algum o que se tornou de 1920 a 1940. Mas já não era, de 1871 a 1914, o que fora de 1848 a 1870. Por quê? Por razões políticas? Ou morais? De modo nenhum! Por razões económicas. Isto salta à vista.

E repito: dizê-lo em 1945, não é servir a inteligência e a história. É, para um Francês, servir a França (Febvre, 1985, p.74).

Por outro lado, pode-se asseverar que a fórmula “econômico/social” construiu, também, posturas metodológicas. Refiro-me aqui ao sentido dado à palavra “crítica”, aplicada à análise da história; o olhar crítico, considerado fundamental ao ofício do historiador, perde o sentido, algo técnico, da Escola Metódica e passa a significar a busca de interesses de classe contidos nas ações das pessoas e dos grupos.

O reconhecimento de classes sociais na feitura da História e seu papel na composição do discurso historiográfico são, aliás, outras características que desenham o grupo dos *Annales*. Tome-se, por exemplo, a proposta metodológica exposta na já citada obra dos metódicos. Extensa, a obra tem por objetivo destacar a centralidade da documentação empírica eleita como referência de verdade na pesquisa histórica e como foco o exame minucioso da autenticidade física do documento, o que resulta em regras que não atingem os fundamentos sociais da produção das fontes examinadas, procedimento proposto pelo marxismo e acatado pela Escola dos *Annales*. Decorre daí, com os *Annales*, a proposta de uma nova relação do pesquisador com suas fontes, pois, uma vez que elas não são mais portadoras absolutas da verdade histórica, o historiador deverá localizar seus lugares sociais de produção, o que só a ênfase na análise de classes possibilita.

O apelo ao social, e nele o reconhecimento das classes, faz parte do materialismo marxiano, já que é ali o lugar da concretude da história. Em Febvre, essa concretude aparece com a formulação “capítulo vivo da história”. Discutindo a ciência, no começo do século XX, Febvre diz:

[...] a Ciência não é um império. Ela não se separa do meio social no qual se elabora, ela sofre sua pressão, o condicionamento de contingências múltiplas que pesam sobre seu desenvolvimento. Por esse motivo, [...] a história da Ciência, longe de constituir uma morna e poeirenta coleção de teorias mortas e de explicações vencidas, representa, ao contrário, um capítulo vivo da história geral e do pensamento humano: ela retrata, em definitivo, a adaptação do espírito às coisas e a tomada de posse pelo homem de seu meio (Febvre, 1985, p.62).

Mas, a influência de Marx no grupo dos *Annales*, aparece nítida e explicitamente na obra de Pierre Vilar.

A HISTORIOGRAFIA VILARIANA: UMA SÍNTESE DAS TRANSFORMAÇÕES DO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO CONTEMPORÂNEO

Nascido em 1906, Pierre Vilar, que compôs a 2ª geração dos *Annales*, faleceu em 2003, aos 97 anos de idade, portanto sua vida confunde-se com a história do século XX e sua trajetória profissional confunde-se, por sua vez, com a chamada École des Annales.

Embora não tenha sido membro de nenhum partido político, foi um intelectual de esquerda e, nesse sentido, engajado, como em geral o foi a intelectualidade francesa de sua geração. Talvez por esse motivo, mas também por sua adesão à visão marxiana da história, Vilar foi visto como o marxista dos *Annales*. Nada define melhor o mito criado em torno de seu marxismo do que uma anedota surgida no pós-segunda guerra, contada por ele em entrevista:

[...] há muito tempo — talvez desde a origem dos *Annales* — em todo pensamento francês que eu chamaria, grosso modo, reacionário, a identificação da Escola dos *Annales* ao marxismo tem sido constante. Foi publicado um tipo de livro-panfleto, sem grande importância, mas, enfim, divertido, em que a Escola é apresentada como uma igreja com um papa, arcebispo, bispo e um teólogo, classificação a mim atribuída. Isso me divertiu, pois ao menos obtive a vantagem de não ser colocado entre os poderes. Mas, colocar-me como teólogo significava que, por dizer-me marxista, a Escola dos *Annales* inteira deveria sê-lo.¹⁰

Em outro momento da mesma entrevista, quando inquirido sobre sua admiração pelo pensamento de Marx, Vilar explica como se utiliza da ferramenta marxiana:

No decorrer dos anos 1960-70, senti-me algumas vezes constrangido de me dizer marxista, quando tantos se atribuíam a condição ou disputavam a palavra. Inversamente, hoje eu me constrangeria de dar a impressão de renunciar à qualificação, no momento em que ela é objeto de uma certa proibição. Aos olhos do historiador, esta proibição é significativa, na medida em que é a expressão de uma ideologia hegemonicamente disseminada na sociedade, e não simplesmente algo formal ou imposto pelo poder. Nesse mesmo contexto dos agitados anos 1960, em conferência dada [...] tentei precisar, utilizando minha experiência de historiador, a diferença entre um marxismo que seria profecia e um marxismo instrumento de análise. Antes de mais dada, é preciso distinguir teoria de doutrina.¹¹

10 VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p.66

11 VILAR, Pierre. *Entrevista*, p.74.

Assim, o marxismo de Vilar é um procedimento teórico-metodológico de abertura para a análise da História, essa história-vivida que é o lugar, para ele, de todas as respostas. Dito de outra forma, Vilar acredita no primado da história na construção do conhecimento e atribui a Marx essa crença, o que fica claro em uma de suas mais felizes formulações a respeito do marxismo:

Jamais alguém se torna marxista lendo Marx; ou, pelo menos, apenas o lendo; mas olhando em volta de si, seguindo o andamento dos debates, observando a realidade e julgando-a criticamente. É assim também que alguém se torna historiador. E foi assim que Marx se tornou.¹²

E ainda: “*tudo pensar historicamente*, eis aí o marxismo”.¹³

No entanto, faz-se necessário destacar que Pierre Vilar foi mais do que um historiador marxista, foi, antes, um representante típico da clássica historiografia francesa. Sua obra é a expressão das revoluções pelas quais passou a produção historiográfica da contemporaneidade; seu método revela a influência das principais matrizes teóricas e tendências historiográficas dos séculos XIX e XX. Tanto as publicações quanto a prática de sua docência revelam o que pode ser considerado uma síntese das metamorfoses da escrita da história na contemporaneidade: das filosofias da história herdou, via Marx, um olhar universalizante sobre a história; da Escola Metódica, a obsessão pelas fontes empíricas; do grupo dos *Annales*, do qual foi criatura e criador, herdou as principais propostas metodológicas de Lucien Febvre e Marc Bloch. Mais do que qualquer análise que se possa fazer, é a própria obra de Vilar que o comprova. Veja-se, por exemplo, o forte apelo ao cientificismo que marca as propostas metodológicas de Vilar. Trata-se de uma herança dos

12 VILAR, Pierre. *Marx e a história*. In: HOBBSAWM, Eric. (org.) *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.97.

13 VILAR, Pierre. *História marxista, história em construção*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: novos problemas*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1979. p.178, grifos no original.

metódicos, ressignificada e reafirmada pelos fundadores dos *Annales*, mas, que no fundo, expressa a atmosfera de um tempo, tempo maior que o tempo de fenômenos conjunturais e eventos pontuais. Jacques Rancière descreve esse tempo:

As ciências humanas e sociais são filhas da idade da ciência: idade de um certo número de revoluções decisivas nas ciências fundamentais, mas também a idade da crença científica, a idade que concebe a racionalidade de toda atividade segundo uma certa ideia da racionalidade científica que não tem ligação necessária com as revoluções em questão. Mas, esquece-se isto muito facilmente, a idade da ciência é também da literatura, aquela em que esta se nomeia como tal e separa o rigor de seu ato próprio dos simples encantamentos da ficção como regras da divisão dos gêneros poéticos e dos procedimentos que convêm às letras. É enfim, “sabe-se” de antemão, a idade da democracia, a idade em que esta, aos próprios olhos dos que a combatem ou a temem, aparece como o destino social da política moderna, a idade das grandes massas e das grandes regularidades que se prestam aos cálculos da ciência, mas também de uma desordem e de um arbitrário novo que perturba seus rigores objetivos. A nova história pertence a esta época e a esta configuração (Rancière, 1994, p.16).

O suporte do cientificismo de Vilar está no pensamento de Marx; o procedimento metodológico para se atingir o status de ciência implica a instituição de um problema, inquietação que vem do real, mas que vem também de uma imaginação racionada, o que diferencia sua ideia de ciência da concepção dura e fria dos positivistas; o objetivo a ser atingido é a história total, novidade instaurada pelos *Annales*, de resto, fortemente coincidente com a ideia de estrutura de Marx.

A busca de um método como forma de se conquistar cientificidade foi devidamente sistematizada por Langlois e Seignobos na obra citada anteriormente. O denso manual coloca os estudos históricos no patamar de ciência, mas a ciência que aparece, prisioneira de regras rígidas e certezas asseguradoras, expulsa as emoções do pesquisador em nome da objetividade, tornando-se quase uma técnica, e toma as fontes como

referenciais inquestionáveis de verdade. A problematização, ao contrário, recoloca o sujeito-investigador no objeto, humanizando o conhecimento e flexibilizando o conceito de ciência. Pierre Vilar, seguindo seus mestres, opta por esse caminho e é dentro dessa prática flexibilizante que olha o instrumental teórico oferecido por Marx como uma obra em aberto, submetendo-o à história. É nesse sentido que utiliza fartamente a expressão “história em construção” e relembra continuamente a importância de se *pensar historicamente*.

A ideia de história total faz parte da reação do grupo dos *Annales* à considerada fragmentação da história praticada pela escrita positivista, fragmentação esta decorrente da temporalidade na qual historiadores metodísticos trabalhavam: o tempo curto ou o tempo dos acontecimentos imediatos. A proposta dos *Annales*, nesse sentido, foi justamente a de alargar a temporalidade dos fatos, a ponto de se poder captar a densidade da história: as ideias de conjuntura e estrutura, ou seja, tempo médio e tempo longo e a articulação entre essas temporalidades na composição dos fenômenos históricos ganharam força nessa nova proposta. A isso chamaram história total.

Chega-se à totalidade por vários caminhos, um deles a reconsideração da duração dos fenômenos e o reconhecimento das múltiplas temporalidades da história. A geografia abriu as portas ao tempo longo, quase impositivo; a crise de 1929, dizem, mostrou o movimento das conjunturas. Nada disso exclui os acontecimentos pontuais que ocorrem no imediato, apenas os coloca em seu devido lugar. As temporalidades articulam-se em movimento, à semelhança de um caleidoscópio; ao mesmo tempo que um todo é construído e permanece, é desmanchado e reconstruído sob o efeito de movimentos em suas partes. É esse o sentido da fórmula “dialética da duração”, inventada por Fernand Braudel e reconhecível na reflexão de Vilar: “o que interessa ao historiador é a inserção do mental multissecular no interior de fenômenos que possam ser datados e a imersão numa determinada dialética”.¹⁴

14 VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p.46.

Essa forma de enxergar os fatos/fenômenos não está longe da totalidade marxiana, que entende os fenômenos históricos como resultado de articulações entre as múltiplas instâncias do real, porém com uma particularidade: Marx localiza na história um princípio fundante e/ou um fato originário, qual seja, as condições materiais de existência dos povos. E a esse todo dá o nome de *modo de produção* que é uma estrutura cujo tempo da construção não é o imediato.

Vilar assume a totalidade marxiana, advertindo, porém, com muita ênfase, que a estrutura de Marx é dinâmica e que esse dinamismo das sucessivas estruturas é mostrado no interior de seus processos. Além do mais, diz ele, Marx inverteu a ordem dos fatores:

Sobre a sucessão das estruturas no curso da história, não creio que Marx tenha sido o único inventor. Eu diria, antes, que se trata de uma noção que se impôs por si própria. No século X, o bispo Adalbéron dizia: “a comunidade compõe-se de três partes, aqueles que a defendem, combatem e comandam aqueles que pensam por ela e a colocam em contato com Deus e, enfim, aqueles que trabalham e alimentam a sociedade inteira” [...] em maio de 1789, quando os Estados Gerais se reúnem em Versalhes, a estrutura está lá, não pensada, mas real: a nobreza, o clero, o Terceiro Estado. Os historiadores da Revolução Francesa que seguiram imediatamente o evento como Thierry e Guizot na metade do século XIX, admitiram esta distinção e esta transformação da sociedade de ordens em sociedade de classes [...] em suma, eu não penso que Marx tenha sido um inventor em matéria de sistematização das estruturas sucessivas, pois isto foi descoberto muito antes dele. Em contrapartida, o que é muito novo em Marx — quero sublinhar isto — é a concepção destas sequências analisadas do seu interior, o que chamarei modelo estrutural. O modelo estrutural de Marx é um modelo que começa na base para terminar no cume, enquanto, anteriormente, mesmo nas melhores sistematizações da história, partia-se do cume. Começava-se não somente pelos reis mas, algumas vezes, pelos deuses [...] Começava-se pelo topo e, por causa disso, expunham-se os eventos essencialmente políticos. Inversamente, Marx mostrou que quando existem milhões de

pessoas que enfrentam as realidades da terra, deve-se começar por elas. Foi o que a geografia fez muito na França: uma geografia da terra, das condições naturais, eu diria quase uma ecologia, de onde se partiu para descrever as sociedades. Por sua vez, essas sociedades são defendidas e dirigidas; portanto, é preciso que se coloque a questão das classes e dos poderes, assim como o problema — que não pode ser subestimado — das ideologias, das filosofias, das teologias, encarregadas de justificar e explicar esses poderes.¹⁵

A totalidade construída por Marx e assumida pelos historiadores dos *Annales* deslocou, como visto acima nas palavras de Lucien Febvre, o lugar da política na feitura da história. Na *Ideologia Alemã*, uma das obras que mais explicam a concepção marxiana de história e o processo de sua construção, lê-se:

Desde o início [da história] mostra-se, portanto, uma conexão materialista dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, conexão esta que é tão antiga quanto os próprios homens — e que toma, incessantemente, novas formas e apresenta, portanto, uma “história”, sem que exista qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos (Marx; Engels, 1984, p.42).

Falando sobre o tema, em uma de suas entrevistas, Pierre Vilar enuncia:

[...] haviam-nos prometido um século XX triunfante, e os anos gloriosos pareciam confirmar isso. Mas o problema do desemprego permanece. Disseram-nos que ele se resolveria pelo emprego no terciário, comércio, publicidade, etc., mas os interesses são contraditórios: a empresa deve limitar seus custos, o trabalhador deseja aumentar sua remuneração. Felizmente estamos em uma fase que se negocia. Ocorre que as soluções

15 VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p.75-77.

adotadas pelos diversos países são tão diferentes que é impossível construir qualquer tipo de direcionamento mais geral para o problema. Tudo mudou, a noção de população ativa, a idade de entrada no mercado de trabalho, idade da aposentadoria também. Tudo isto deve ser estudado no seu conjunto, e a ideia de que a autoridade política é responsável por um conjunto tão complexo é, evidentemente, uma puerilidade.¹⁶

Assim, além da crítica ao reducionismo factual, a crítica ao reducionismo político também elaborou a ideia de totalidade; a nova proposta de conhecimento histórico sugere aos historiadores olharem as múltiplas dimensões do real. Ao explicar sua trajetória da geografia à história, Pierre Vilar relembra:

A partir de um certo momento, eu vi apenas uma só ciência. Nesse sentido, os *Annales* inovaram muito ao propor aos historiadores que se preocupassem ao mesmo tempo com as condições materiais, geográficas e técnicas das coisas; que olhassem em que medida essas condições intervinham na organização social e, a partir daí, buscassem os fenômenos políticos, os fenômenos do poder, de nacionalidade [...] com a condição, bem entendido, de tratar tudo isso em conjunto. (1995, p. 268).¹⁷

Em outro depoimento, esclarece sua posição em relação à dimensão do político na feitura da história, utilizando-se de uma reflexão feita a partir de sua observação de fatos do cotidiano:

16 VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p.50-51.

17 No original: "À partir d'un certain moment, je n'ai plus vu qu'une seule Science. En ce sens, les *Annales* avaient beaucoup inauguré: s'occuper à la fois des conditions matérielles, géographiques et techniques des choses, regarder dans quelle mesure ces conditions interviennent dans l'organisation sociale et, à partir de l'organisation sociale, voir surgir des phénomènes politiques, des phénomènes de pouvoir, des phénomènes de nationalité... à condition, bien entendu, de ne traiter tout cela qu'ensemble".

(...) com relação às questões políticas, eu não proporia relegá-las a uma situação subordinada, mas sim dar-lhes apenas um lugar entre outros fatores. Vou dar um exemplo do que quero dizer. Em agosto de 1991, o ministério francês mudou. Dois meses depois, o índice de desemprego teve um ligeiro aumento, uma pequena porcentagem. Imediatamente, isto foi considerado culpa do governo, que, inclusive, favoreceu esta interpretação tomando medidas e prometendo a diminuição do desemprego. Na realidade, todas as mudanças políticas destes últimos anos assentaram-se nisso. Mas sabemos muito bem que a questão do desemprego é infinitamente mais complexa. No momento em que um automóvel leva algumas horas para ser produzido ao invés das semanas que levava há 15 anos, a oferta de emprego não pode ser a mesma.¹⁸

Ainda, a partir de suas lembranças, Vilar elabora uma reflexão epistemológica a respeito da história vivida e de sua representação historiográfica que reforça os argumentos a favor das ideias acima expostas. Lembra o historiador que sua geração conheceu uma interpretação da Primeira Guerra, ditada pela historiografia dominante, pela qual o conflito era visto como decorrente do jogo dos políticos, das intrigas dos diplomatas, da venalidade dos jornalistas e da ambição dos estados maiores, o que produzia uma visão do nacionalismo apenas como ideologia e como reação emocional que justificava o “morrer pela pátria”. Diz ele em sua reflexão crítica:

Nós julgávamos os interesses “imperialistas” segundo Hobson, Hilferding ou Lenin, mas citávamos, por ser de Anatole France, a seguinte afirmação simplista: “on croit mourir pour la patrie, on meurt pour les industriels”. Essa condenação, que pode ser uma explicação sentimental, do ponto de vista intelectual tem um fundamento muito medíocre [...] Os anos trinta nos obrigaram a ver de um modo radicalmente distinto as

18 VILAR, Pierre. *Entrevista*. In: D'Alessio, Marcia Mansor. (org.) *Reflexões sobre o saber histórico: Entrevistas com Pierre Vilar, Michel Vovelle e Madeleine Rebérioux*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998. p.50.

“relações internacionais”. Ou mais exatamente, a ver de outro modo a história. Não é uma casualidade que foram os anos 1929-1930 os que viram nascer uma nova epistemologia entre os historiadores franceses. Henri Berr e Lucien Febvre anunciaram-na; Marc Bloch produziu, sobre isto, suas melhores obras; Ernest Labrousse uniu-se ao grupo. Mas, se todos eles tiveram eco, e se foram compreendidos quando defendiam a história “total”, foi porque a história que então vivíamos não se fazia (ou, ao menos, não se fazia unicamente) nos conselhos de administração, nos gabinetes ministeriais, nos estados maiores militares, nem tampouco nos salões das embaixadas. Podiam ser qualificados de “ideológicos” os enfrentamentos entre a expansão japonesa e a Revolução chinesa, ou o medo obsessivo das classes europeias acomodadas ante a consolidação da Revolução Soviética?¹⁹

Decorrente dessa constatação, Vilar mostra quanto e como a imputação ao político, que desconhece articulações com outras temporalidades e dimensões da história, pode gerar um sentimento de preconceito e atitudes irracionais de intolerância e perseguição entre povos, alimentos ideais para a sacralização da pátria:

Sobretudo, a “imputação ao político” das misérias surgidas na crise econômica criava em toda parte uma instabilidade dos poderes, e a “imputação ao estrangeiro” pelos vencidos e os insatisfeitos de 1918-1919 transformava os velhos “nacionalismos” em reações coletivas passionais, capazes de ressuscitar, em escala de milhões de homens, o jogo das “causalidades diabólicas”, o mesmo que havia inspirado os “pogroms”.²⁰

É importante ressaltar que a proposta de considerar as múltiplas dimensões do real não significa justapô-las, mas sim articulá-las. Mostrando seu entendimento de uma história total, Vilar diz:

19 VILAR, Pierre. *Entrevista*, p.27.

20 VILAR, Pierre. *Entrevista*, p.27.

J. Le Goff apresentou seu trabalho sobre a biografia de São Luis. Para explicar suas intenções, ele nos fez um verdadeiro quadro que eu chamo de história total (...). Mas ele imediatamente rejeitou a expressão de história total porque, segundo ele, ela se contentaria em adicionar várias histórias. Sobre isso, não estou de acordo: não se adiciona, se combina, o que é completamente diferente da história praticada por Ernest Lavissee. Em sua História da França, publicada no início do século [XX], Lavissee juntava depois (a uma narrativa) de exposições essencialmente acontecimentais e políticas, um capítulo sobre economia, um capítulo sobre artes e assim por diante. É isso a história adicional, ela esquece que a história é um conjunto no interior do qual há contínuas interconexões.²¹

PIERRE VILAR E A *ÉCOLE PRATIQUE DES HAUTES ÉTUDES*

É bastante conhecido o contexto intelectual no qual se dá o surgimento do espírito dos *Annales*. O fim do século XIX, na condição de herdeiro legítimo do Iluminismo, propicia a construção das novas ciências do homem. Em decorrência, a proposta de interdisciplinaridade ganha muito prestígio no terreno das humanidades. Nos estudos históricos, além das transformações epistemológicas provocadas pelo contato com as outras ciências sociais, os historiadores institucionalizam essa troca

21 VILAR, Pierre. *La mémoire vive des historiens*: Entretien avec Pierre Vilar. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique.(dirs.) *Passés recomposés*: champs et chantiers de l'Histoire. Paris: Éditions Autrement, 1995. p.281. No original: "Récemment, la dernière fois que j'ai participé à une réunion à l'École des hautes études, nous avons demandé à Jacques Le Goff une intervention sur un sujet d'importance : l'exemple et la généralisation. (...) J. Le Goff a présenté son travail sur la biographie de Saint Louis. Pour expliquer ses intentions, il nous a fait un véritable tableau que moi j'appelle d'histoire totale : voilà un roi qui est à la fois le roi enfant, le roi justicier, le roi croisé, etc. Mais il a aussitôt refusé l'expression d'histoire totale parce que, selon lui, elle se contenterait d'additionner plusieurs histoires. Là, je ne suis plus d'accord : on n'additionne pas, on combine, ce qui est tout à fait différent de l'histoire pratiquée par Ernest Lavissee. Dans son *Histoire de France* publiée au début du siècle, Lavissee ajoutait, après des développements essentiellement événementiels et politiques, un chapitre sur l'économie, puis sur les arts, et ainsi de suite. C'est cela l'histoire additionnelle, qui oublie que l'histoire est un ensemble à l'intérieur duquel il y a des interconnexions continues".

criando, em 1947, a famosa VIª Seção da École Pratique des Hautes Études, espaço especificamente concebido para a prática da pesquisa e do ensino interdisciplinar. A partir daí, o grupo dos *Annales* se confunde com a VIª Seção. Em 1975, ela passa a se chamar École des Hautes Études en *Sciences Sociales*. No citado livro de Brigitte Mazon, a autora estudando o papel dos estadunidenses, mais especificamente da Fundação Rockefeller, no financiamento de grupos e instituições de ensino superior da França, no período pós-1ª Guerra, mostra o esforço dos franceses para aperfeiçoar esse ensino desde o século XIX. Em 1925, os franceses discutiram a necessidade de fundação do *Institut des Sciences Sociales et Économique*. Tanto na França quanto nos EUA sentia-se a necessidade de criar espaços de produção de conhecimento na área da economia e dos problemas sociais. Sintomático desejo nos anos 1930! O instituto em questão foi finalmente criado em 1933 e denominado *Institut Scientifique de Recherche Économique et Sociale*, tendo como protagonista, Charles Rist (1874-1955), economista francês, nascido na Suíça. Importante notar a busca de pesquisas quantitativas, aquelas que Ernest Labrousse transforma em seu método de análise histórica:

O Instituto, sem estar ligada a nenhuma Faculdade, deveria estar em relação estreita com a Universidade, sempre buscando o contato e o apoio dos meios econômicos. O projeto de programa previa pesquisas quantitativas (movimento de preços, quadro do comércio internacional), pesquisas sociais e econômicas (pesquisas sobre o desemprego, pesquisa sobre questões bancárias) e, enfim, a constituição de um fundo de arquivos econômicos que não eram, até então, reunidos em lugar nenhum alhures (Mazon, 1988, p.44).²²

22 No original: "L'Institut, sans être rattaché à aucune Faculté, devait être en relation étroite avec l'Université, tout en recherchant le contact et l'appui des milieux économiques. Le projet de programme prévoyait des recherches quantitatives (mouvement des prix, tableaux du commerce international), des enquêtes sociales et économiques (enquêtes sur le chômage, enquêtes bancaires) et enfin la constitution d'un fonds d'archives économiques qui n'étaient jusqu'alors recueillies nulle part ailleurs".

Outra indicação da *Fondation Rockefeller* aos pesquisadores franceses, segundo Brigitte Mazon, foi a prática da pesquisa empírica:

Charles Rist havia proposto à Fundação Rockefeller o que ela esperava precisamente de um Instituto desse tipo: pesquisas quantitativas e empíricas sobre a vida econômica e social contemporânea. Este instituto deveria poder assegurar a formação de uma nova geração de economistas, rompendo com a tradição de estudos considerados pelos americanos e por Charles Rist como puramente especulativo e teórico (1988, p.44).²³

O esforço que se fazia na época era para se organizar as ciências sociais na França sob a égide da sociologia, reagrupando os diversos grupos já existentes. O grupo dos *Annales* se constrói inserido nessa conjuntura intelectual e respondendo a esse momento da história do pensamento. Diz Mazon:

Ao lado desse movimento, uma outra comunidade intelectual constituía um polo de atração, de confronto e finalmente de reagrupamento de ciências econômicas e sociais: a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, fundada em 1929 por Marc Bloch e Lucien Febvre. As escolhas operadas para a Revista versavam sobre a história dos grupos sociais e das forças econômicas. Seu campo de investigação ultrapassava largamente os limites cronológicos tradicionalmente atribuídos à história (1988, p.66).²⁴

23 No original: "Charles Rist avait ainsi proposé à la Fondation Rockefeller ce qu'elle attendait précisément d'un institut de ce type: des recherches quantitatives et empiriques sur la vie économique et sociale contemporaine. Cet institut devait pouvoir assurer la formation d'une nouvelle génération d'économistes, rompant avec une tradition d'études considérée par les Américains et Charles Rist comme purement speculative et théorique".

24 No original: "A côté de ce mouvement, une autre communauté intellectuelle constituait un pôle d'attraction et finalement de regroupement des sciences économiques et sociales: la revue *Annales d'histoire économique et sociales*, fondée en 1929 par Marc Bloch et Lucien Febvre. Les choix opérés pour la revue portaient sur l'histoire des groupes sociaux et des forces économiques. Son champ d'investigation dépassait largement les limites chronologiques traditionnellement assignées à l'histoire".

Grande parte da vida profissional do professor Vilar se passa na École Pratique des Hautes Études (posteriormente École des Hautes Études en Sciences Sociales). Em suas memórias, a referência àquela instituição é muito frequente e ela sempre vem associada ao grupo dos *Annales*:

[...] quando os fundadores da *Sixième Section de l'École Pratique des Hautes Études* escolheram seus três primeiros colaboradores, designaram Jean Meuvret, Charles Bettelheim e eu. A única coisa que tínhamos em comum era uma certa abertura de espírito e uma certa originalidade de pesquisa e eram as únicas coisas que nos pediam. Fiquei particularmente chocado recentemente com o resumo feito por um autor alemão de um de seus recentes livros. Ele explicou a existência nos *Annales*, nos cursos dos anos 1930, de artigos etnológicos sobre o Tirol como uma aventura passageira de Lucien Febvre. Considerei isto espantoso, pois, mais ou menos na mesma data, foram-me pedidos artigos de pura geografia sobre a Espanha. Ou seja, esta abertura dos *Annales* a outras disciplinas fazia parte de suas características, e procurar para isto outras razões parece-me uma vingança da “*petite histoire*”. Além disso, existe em torno da Escola dos *Annales* toda uma atmosfera ideológica que faz parte da história de nosso tempo.²⁵

A atmosfera à qual o professor Vilar se refere é, como se sabe, uma atmosfera de esquerda, ou, ao menos, progressista, nas abordagens da história.

FRANÇA E BRASIL NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

As metamorfoses da escrita da história não ficaram restritas à França. Historiografias de diversos países delas participaram. No Brasil, como a influência dos franceses nas humanidades foi grande, são férteis os

25 VILAR, Pierre. *Entrevista*, p.65.

estudos que mostram a aproximação entre intelectuais brasileiros e franceses na primeira metade do século XX.

No âmbito dos estudos históricos, é possível reconhecer a aproximação em questão explorando a circulação de ideias e abordagens que configuram os diferentes momentos da história da historiografia. Apenas para sugerir uma investigação e iniciar uma discussão poderíamos dizer que essa circulação se observa, por exemplo, na convergência de ideias entre Pierre Vilar e Caio Prado Junior, contemporâneos e típicos representantes da conjuntura historiográfica em questão.

Pode-se começar pela forte atração da história pela geografia nos fins do século XIX e primeiros anos do século XX. Na obra de Vilar, *La Catalogne dans l'Espagne Moderne*, a geografia compõe o cenário físico no qual se desenrola a trama histórica, e a trama histórica dá significado aos acidentes geográficos. Articulados à topografia minuciosamente descrita vêm os movimentos da população. O espaço não é jamais separado de vidas em constante transformação.

Em meio à descrição minuciosa do “meio natural” que formata a Catalunha, o autor faz reflexões em torno da relação geografia/história: “(...) grandes linhas geográficas puderam, ao mesmo tempo, orientar *eixos* de relações e assegurar a coerência de longa duração de um *núcleo* humano. A natureza, sem nada impor, *se pro-punha* como destino de um grupo”.²⁶

Concretizando mais sua reflexão, preconiza:

A verdade é que: 1º, *no nível regional*, a divisão de pequenas unidades (“comarques”) exige *troca interna*, nenhuma é autossuficiente, todas têm qualquer coisa a oferecer; 2º, *no nível global*, o déficit em grãos, a exportação possível do vinho (para citar apenas os produtos simbólicos)

26 VILAR, Pierre. *La Catalogne dans L'Espagne Moderne: recherche sur les fondements des structures nationales*. Paris: Flammarion, 1977. p.131, grifos do autor. No original: “(...) de grand lignes géographiques ont pu à la fois orienter des *axes* de relations, et assurer la coherence de longue durée d'un *noyau* humain. La nature, sans rien imposer, *se pro-posait* à la destinée d'un groupe”.

exige a troca externa. Um precoce capitalismo comercial preparou o capitalismo industrial.²⁷

E conclui que: “A natureza jamais lhe forneceu [à Catalunha] mais do que um quadro preposto (*pré-disposé*), não predestinado (*prédestiné*). Apesar de tudo, antes de relatar uma *história*, uma *ascensão econômica* e um *renascimento coletivo de aspirações*, importava evocar este ‘quadro’”.²⁸

O vocabulário de Vilar revela sua maneira de ver a História e a historiografia. A palavra “quadro” pode ser identificada nesse pensamento às noções de “estrutura” e “totalidade”, e as três palavras evocam um tempo de duração longa. Nesse sentido, pode-se dizer que a geografia também fornece à história a temporalidade longa de seus fenômenos, evidência que se reconhece pela estabilidade da natureza, provocando a sensação de permanência, característica estruturante de toda ideia de longa duração. No prefácio da obra citada, Pierre Vilar diz:

Eu não podia “antever”, mas pressenti logo, com clareza, que as ciências humanas do pós-guerra deveriam, quer queira quer não, voltar aos cálculos globais, aos estudos de estrutura, a observação de longas durações, a Marx, à unidade da realidade histórica. De 1945 a 1960, vi incessantemente se confirmar essa intuição.²⁹

27 VILAR, Pierre. *La Catalogne dans L'Espagne Moderne*, p.136, grifos do autor. No original: “Ce qui est vrai, c'est que: 1° *au niveau regional*, la division em petites unités (“comarques”) exige *l'échange interne*; aucune ne se suffit, toutes on quelque chose à offrir; 2° *au niveau global*, le déficit em grains, l'exportation possible du vin (pour ne citer que les produits symboliques) exige *l'échange externe*. Um precoce capitalismo comercial a préparé le capitalisme industriel”.

28 VILAR, Pierre. *La Catalogne dans L'Espagne Moderne*, p.136, grifos do autor. No original: “La nature ne lui a jamais fourni qu'en *cadre pré-disposé*, non “prédestiné”. Malgré tout, avant de retracer une *histoire*, une *ascension économique*, et un *renouveau collectif des aspirations*, il importait d'évoquer ce ‘cadre’”.

29 VILAR, Pierre. *La Catalogne dans L'Espagne Moderne*, p.21. No original: “Je ne pouvais “prévoir”, mais je pressentis dès lors avec netteté que les sciences humaines d'après la guerre devraient, bon gré, revenir aux calculs globaux, aux études de structure, à l'observation des longues durées, à Marx, à l'unité de la réalité historique. De 1945 à 1960, j'ai vu sans cesse se confirmer cette intuition”.

É lícito também pensar que a atração exercida pela geografia sobre os estudos históricos, naquele momento, obedeceu à mencionada necessidade de que os historiadores sentiram de alargamento da temporalidade na qual a História trabalhava até então.

Assim como Vilar coloca, no item II da primeira parte do Livro I de sua obra, o título *Le Milieu Naturel* e o desenvolve, Caio Prado Jr. inicia a *História Econômica do Brasil* com o item *O Meio Geográfico*, no qual mostra as condições naturais do que seria o território brasileiro e como elas condicionaram a sua ocupação e as primeiras atividades econômicas ali desenvolvidas. A ênfase dada aos aspectos geográficos na análise histórica é ressaltada por Lincoln Secco:

Parece que Caio Prado Junior estava muito mais propenso, dado o padrão de marxismo de sua época, a aceitar um determinismo geográfico do que um determinismo econômico. E isso porque estava mais próximo da geografia humana, na qual tal determinismo, mesmo atenuado pelo papel do homem como construtor do espaço, era vigente na forma do que o historiador Lucien Febvre, na esteira de Paul Vidal de La Blache, chamou de possibilismo (“A natureza propõe, o homem dispõe”) (Secco, 2008, p.173).

A questão nacional é outro tema no qual as reflexões de Vilar e Caio Prado são extremamente convergentes.

Assim, para Vilar, a nação tem múltiplos significados, cada um deles expressando o tempo histórico no qual foi concebido e utilizado. Na contemporaneidade, a burguesia politizou a nação ao vinculá-la ao Estado, necessidade histórica provocada pela industrialização: “O vínculo entre burguesia industrial e *nação-estado* (não necessariamente ‘nação’, *tout court*) me parece uma das evidências históricas melhor estabelecidas, dado que os *textos* confluem com os *atos*.”³⁰

30 VILAR, Pierre. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros: pueblo y poderes en la historia de España*. Barcelona: Editorial Crítica, 1982. p.296, grifos do autor. No original: “El vínculo entre burguesía industrial y *nación-estado* (no necesariamente “nación” a secas) me parece una de las evidencias históricas mejor establecidas, dado que los *textos* confluyen con los *hechos*”.

Feita essa relação, qual seria o papel da indústria na construção da nação? Vejamos: o elemento fundante da nação burguesa é o território delimitado pelo Estado, o que de imediato a diferencia do estado Imperial, cuja dominação não reconhece fronteiras. Portanto, a construção da nação é uma delimitação de espaço e uma integração de regiões em função do triplo movimento “produção-circulação-consumo”, instituído *por* e instituinte *da* industrialização moderna. Isso significou a primazia do mercado na esfera econômica. Assim, o espaço econômico da nação moderna foi construído internamente. Os países hegemônicos inscreveram o modelo na história e exportaram-no ao mundo, o que inspirou Vilar a chamar a nação burguesa de nação-mercado: “A nação como mercado é fundamentalmente uma ideia do capitalismo *industrial*: o resto não é mais que uma *preparação*.” (Vilar, 1982, p. 292, grifos do autor).³¹

Em sua proposta de revolução para o Brasil, o historiador Caio Prado Jr, atuando no campo da militância, analisa a situação brasileira no pós-2ª guerra como:

(...) situação transitória entre, de um lado, o passado colonial e o momento em que o Brasil ingressa na história como área geográfica ocupada e colonizada com o objetivo precípua de extrair dessa área produtos destinados ao abastecimento do comércio e mercado europeus; e doutro lado o futuro, já hoje bem próximo, em que essa mesma área e seu povoamento, afinal nacionalmente estruturados, comportarão uma organização e sistema econômico voltados essencial e fundamentalmente para a satisfação das necessidades dessa mesma população que a ocupa, e capazes de assegurar a essa população um nível e plano de existência consentâneos com os padrões da civilização e cultura de que participamos (Prado Júnior, 1966, p. 123).

31 VILAR, Pierre. *Hidalgos, amotinados y guerrilleros*, p.296, grifos do autor. No original: “La nación como mercado es fundamentalmente una idea del capitalismo *industrial*: el resto no es más que una *preparación*”.

Em seguida, mostra a direção que a evolução brasileira, segundo ele, deveria seguir:

(...) de colônia com as características instituições econômicas e sociais (...) para uma coletividade nacionalmente integrada, isto é, voltada para si mesma, e estruturada social e economicamente em função de sua individualidade coletiva e para atender às aspirações e necessidades próprias (Prado Júnior, 1966, p.130).

O autor considera a industrialização já existente no país como significativa e responsável pelo rompimento com o exclusivo modelo de país exportador de matéria-prima, além de considerar a atividade industrial como “fundamento de uma economia nacional”.

Mercado interno, necessidades da população, progresso são ideias e realizações que identificam:

(...) outras atividades de relativo vulto, e que pesam apreciavelmente na vida econômica brasileira, se orientam para dentro do país e para a satisfação das necessidades de sua população. Numa palavra, o mercado interno, antes inexpressivo e contando muito pouco como fator propulsor das atividades econômicas brasileiras, já se emparelha nesse sentido ao externo, e começa mesmo a ultrapassá-lo em importância e significação. Isso sem dúvida constitui um considerável progresso e grande passo no sentido da integração nacional da economia brasileira (Prado Júnior, 1966, p.140).

Se o econômico nacionaliza concretamente o espaço, o ideológico solda-lhe simbolicamente as partes, construindo um projeto de poder homogeneizante, pretensamente capaz de propor à população um referencial único. Para isso, colabora a organização institucional do mercado de trabalho, outra face da nação-mercado.

Com efeito, regulamentar o trabalho é uma forma de incluir a população no Estado, colocá-la sob suas leis e garantir, assim, a mão de obra para a realização do capital. Esta inclusão dá aos indivíduos a condição

de portadores de direitos, ou seja, a condição de cidadãos. Com a nação moderna, o trabalhador torna-se, ele também, nacional. Esta nacionalização do trabalho que notamos nos processos de construção da nação burguesa é politizada por Caio Prado Jr. à medida que a vê como resultado da luta do trabalhador para sair da situação de exclusão, além de lhe atribuir um sentido revolucionário.

Homem de seu tempo, Caio Prado produz uma historiografia historicamente situada; nesse sentido, o mundo do trabalho e o trabalhador situam-se no centro de sua utopia. Refletindo sobre o tempo das permanências, o autor coloca as “formas escravistas de exploração do trabalhador”, segundo ele ainda vigentes naquele momento, como a herança mais perversa do “antigo regime”, e sua superação como:

a própria superação daquilo que o sistema colonial herdado de nossa formação histórica sempre teve socialmente de mais profundo e essencial, e que se prolongou em traços ainda bem marcados até os dias de hoje, a saber, as formas escravistas de exploração do trabalhador, e os ínfimos padrões materiais e culturais que daí decorrem para a grande massa da população trabalhadora rural. E que por vias diretas ou indiretas vão afetar o conjunto da vida econômica e social brasileira. Não é preciso insistir muito no fato que sobre essa base de miséria física e moral que predomina no campo brasileiro, e se reflete tão intensamente, como não podia deixar de ser, nos centros urbanos, não é possível construir uma nação moderna e de elevados padrões econômicos e sociais (Prado Júnior, 1966, p.217).

Como Pierre Vilar, Caio Prado Jr não demoniza ou exclui a questão da nação em nome da luta de classes, nem tampouco incompatibiliza os dois fenômenos, ao contrário, os vê coexistindo na feitura da história; preferindo uma história tensionada a uma história maniqueísta, pela qual dois fenômenos teoricamente contrários não poderiam coexistir, mostra que a condição da existência da nação moderna é a incorporação do trabalhador ao Estado.

A inclusão do trabalhador no mercado de trabalho, porém, não é suficiente para configurar uma nação; a grande população sugere Caio Prado, deve também participar do mercado de consumo, sair da marginalidade em que se encontra em relação à vida do país, situação que:

deriva (...) das contingências de nossa formação histórica. (...) Contingências essas de uma economia colonial e organização produtiva voltada basicamente para fora do país e simples fornecedora de produtos primários para mercados estrangeiros. Numa organização como essa, os dois elementos que fundamentalmente compõem o ciclo econômico — produção e consumo, ou seja, organização produtiva e mercado consumidor — se acham desarticulados entre si e não se integram num conjunto orgânico (Prado Júnior, 1966, p.246).

Assim, diríamos, o mercado interno inclui a população, tanto porque ao criar trabalho melhora as condições de vida do trabalhador quanto porque o trabalhador participa da vida do país por consumir o que produz. De certa forma, o autor politiza o consumo:

numa economia “integrada” (...) as atividades produtivas e o mercado consumidor se entrosam e compõem entre si de tal forma, que não somente a presença do mercado estimula as atividades produtivas, como também, inversamente, essas atividades e os indivíduos nela implicados determinam um mercado e, pois, incentivam a produção (Prado Júnior, 1966, p.249).

Essas são algumas reflexões que atestam a circulação de ideias entre as historiografias francesa e brasileira, neste caso, através do pensamento de dois historiadores contemporâneos: Caio Prado Júnior e Pierre Vilar.

Historicizar a historiografia é colocá-la no tempo e em relação com a história vivida. As propostas dos *Annales* e suas repercussões respondem a um momento da história da história.

Assim também se escrevia a história no pós-segunda guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERR, Henri. *A síntese em História: ensaio crítico e teórico*. São Paulo: Renascença, 1946.
- COHEN, Arón; CONGOST, Rosa; LUNA, Pablo F. (org.). *Pierre Vilar: uma história total, uma história em construção*. Revisão Técnica: Marcia Mansor D'Alessio. Bauru/SP: Edusc, 2007.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux Études Historiques*. Paris: Éditions Kimé, 1992.
- KANT, Immanuel. *Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A História escrita: teoria e historia da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã* (Feuerbach). 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MAZON, Brigitte. *Aux origines de l'Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales: le rôle du mécénat américain (1920-1960)*. Paris: Les éditions du CERF, 1988.
- MONOD, Gabriel; FAGNIEZ, Gabriel. Avant Propos. In: *Revue Historique*. Tome Premier, Janvier à Juin, 1876.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A Revolução Brasileira*. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1966.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes da História: um ensaio de poética do saber*. São Paulo: EDUC, 1994.
- REVEL, Jacques. Berr (Henri). In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques. (org.). *La Nouvelle Historique*. Paris: Retz-C.E.P.L., 1978.
- SECCO, Lincoln. *Caio Prado Júnior: o sentido da Revolução*. São Paulo: Editorial Boitempo, 2008.